

Um conceito sem suporte científico

A procura da ordem no aparente caos do mundo vivo levou os naturalistas a tudo quererem classificar. A organização dessa enorme diversidade passou pela construção de taxonomias em cujas ‘gavetas’ científicas se arrumavam todos os itens dos ‘reinos’ mineral, vegetal e animal.

A espécie humana não escapou a esta ‘onda’ de sistematização e também foi sendo catalogada em raças, sub-raças, tipos e sub-tipos.

As múltiplas classificações que foram criadas partiam de critérios muito variáveis: desde as que tinham em conta as características físicas mais evidentes, como a cor da pele, às que associavam a este factor um conjunto de outros traços somáticos (textura dos cabelos, formato dos lábios e do nariz, cor dos olhos, etc.), até às que exigiam técnicas mais ou menos sofisticadas como medições do crâneo para se obter o índice encefálico ou às que, como a de W.C. Boyd (1950), tinham por base os grupos sanguíneos.

Recordemos, a título de exemplo, alguns dos autores dessas taxonomias, que se seguiram aos trabalhos pioneiros de Lineu e Buffon no século XVIII: F. Blumenbach (1806) e Carleton S. Coon (1962) definem 5 raças, H. V. Vallois (1944) 27 raças, J. Deniker (1900) 29 raças, E. F. von Eickstedt (1934) 3 raças e 29 sub-raças, os americanos S. M. Garn e J.B. Birdsall (1950) estabelecem 30 raças, Th. Dobzhansky (1962) 34 raças e o italiano R. Biasutti (1941) chega às 53 raças!

* Associação Portuguesa de Antropologia
Escola Superior de Educação de Setúbal-CIOE

A variedade de taxonomias, no que respeita aos seres humanos, demonstra que o consenso na comunidade científica nunca foi conseguido, nem no número de raças nem nas suas designações.

Um conceito inútil e pernicioso

Depois das descrições simplistas de exploradores e viajantes, como a de Françoise Bernier (1620-1688), «*os negros não têm cabelos, mas antes, uma espécie de lã que se aproxima de pêlo; os orientais têm pequenos olhos de porco; os lapões são pequenos e atarracados, uns verdadeiros animais*», surge a tentação de associar as características físicas a elementos psicológicos e comportamentais, como o ilustra a *Geographie Universelle* de Crozet (1827): «*Os chineses têm a testa larga, o rosto quadrado, o nariz pequeno, grandes, orelhas e os cabelos pretos. São naturalmente amáveis e pacientes, mas egoístas e orgulhosos; os negros são, em geral, bem feitos e robustos, mas preguiçosos, velhacos, bêbedos, comilões e porcos*». Estava instalada a confusão entre o biológico e o cultural.

A diversidade cultural é inquestionável; as culturas humanas contam-se por milhares. Mas querer atribuir essas diferenças à constituição anatômica ou fisiológica dos diferentes grupos, em vez de as procurar explicar na base da multiplicidade dos contextos geográficos, históricos e sociológicos, foi um ‘erro’ de graves consequências. Do conceito ‘científico’ de raça rapidamente se passou para a esfera ideológica e para o desenvolvimento de teorias racistas, tão necessárias às empresas de exploração e dominação.

Os acontecimentos do século XX são suficientes para demonstrar até onde nos podem levar as classificações rácicas. A organização social e política de algumas sociedades, ao assentar em pressupostos de superioridade racial, conduziu a humanidade para graves confrontos, que não se esgotaram no holocausto nazi. Os exemplos dos EUA (onde só nos anos 60 o movimento dos direitos cívicos pôs fim à segregação racial em certos estados) e da África do Sul (onde o

apartheid se prolongou até finais dos anos 80) são apenas os mais conhecidos e publicitados, mas estão longe de ser os únicos.

No final de século, em regra um período dado a balanços, é legítimo perguntar quais os benefícios que a noção de raça trouxe ao ser humano? Nenhum! Bem pelo contrário, as perdas foram muitas e irreparáveis. Por isso, somos dos que defendem a Declaração de 1950, da UNESCO⁽¹⁾, quando manifesta o desejo de «*que se renuncie completamente a este termo quando se aplica à espécie humana e que se adote a expressão 'grupos étnicos'.*»

... mas apesar de tudo um conceito com longevidade

Hoje a generalidade da comunidade científica, nomeadamente biólogos e antropólogos, reconhece a falta de validade científica ao conceito de raça quando reportado ao ser humano. Paralelamente, as instâncias políticas internacionais desmultiplicam-se na produção de diplomas jurídicos anti-racistas, promotores da tolerância e da convivência entre povos e culturas. Como entender então que o termo persista e não apenas na linguagem corrente?

Várias são as razões que podem explicar a longevidade do conceito de raça:

1) Falta de impacto social das conclusões da comunidade científica, que teima em dialogar em circuito fechado, ou seja, escreve-se para a respectiva 'tribo', subestimando o trabalho de divulgação para o grande público.

2) Desconhecimento quase generalizado das convenções internacionais, cuja circulação se restringe aos órgãos oficiais, tipo *Diário da República*, com a agravante de alguns desses articulados aparecerem sem a tradução respectiva.

¹ A Declaração de 1950, subscrita em Paris por oito peritos de renome internacional, entre os quais o antropólogo Claude Lévi-Strauss.

3) A tarefa de divulgação, junto da opinião pública, dos documentos referidos em 1) e 2) acaba por ser desempenhada pelos *media*, com as naturais limitações que isso comporta: conhecimento muito parcelar dos textos legais e dos estudos (fica-se pelos extractos ‘significativos’ e pelas conclusões ‘bombásticas’), insistência em erros antigos (continua-se a ouvir falar em ‘raça cigana’) e preocupações formativas secundarizadas.

4) Ineficácia, ou mesmo certo alheamento, da escola na abordagem explícita destas temáticas, quer nas disciplinas de ciências físico-naturais quer nas de ciências sociais. O currículo oficial e formal não reconhece dignidade pedagógica e formativa às problemáticas da raça e do racismo, ficando estes remetidos, eventualmente, para os projectos de educação multicultural que, como se sabe, não abrangem a generalidade da população escolar.

5) O efeito perverso da legislação, tanto nacional como internacional, que ao defender o princípio da igualdade, acaba por fixar e consolidar o próprio termo: *«ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da [...] raça [...]»*. O mesmo é válido para os movimentos anti-racistas⁽²⁾.

6) A manutenção do conceito operatório de raça na sociologia e antropologia contemporâneas, usando-se ‘raça’, ainda que agora entre aspas, como construção social.

7) O recrudescimento do racismo, tanto ao nível do discurso como das práticas é, com certeza, a principal razão para a perenidade do conceito de raça. O raciocínio imediato, e aparentemente lógico, é este: se há racismo há raças.

² «Une seule race. La race humaine» slogan divulgado na Lettre d’Information de l’année européenne contre le racisme, 30/1/97, p. 12.

Racismo: o eterno retorno

O clima político internacional do pós-guerra foi favorável ao combate do racismo institucional. Grandes progressos foram realizados, em especial no campo jurídico, ao nível dos textos constitucionais dos diversos países. A legislação internacional serviu quer como orientação na política dos direitos humanos nas democracias, quer como elemento de pressão sobre os regimes não democráticos.

Mais recentemente, a criação de grandes espaços económico-políticos, num sistema de economias de mercado, veio exigir um clima propício à produção e às trocas comerciais, o que implica, designadamente, a mobilidade de pessoas em territórios sem fronteiras e... sem conflitos.

E assim, a emergência de sociedades multiculturais, decorrentes dos fenómenos da globalização, colocam hoje lado a lado - no emprego, na residência, na escola - grupos étnico-culturais muito diversificados. Mas quando se poderia supôr uma convivência pacífica e valorizadora das diferenças, eis que o fenómeno do desemprego não pára de crescer, passando de conjuntural a estrutural. Estão assim criadas as condições objectivas para o retorno do racismo.

Portugal, ainda que país semi-periférico, não está à margem destes fenómenos.

As estatísticas demográficas têm vindo a dar conta deste lento mas gradual processo de heterogeneidade. Segundo dados de 1995, os estrangeiros em situação legal eram perto de 170 mil. Ao nível da Europa, só a Irlanda registava menos estrangeiros. Perante estes números, ainda relativamente baixos, são de alguma forma surpreendentes os resultados de um estudo sobre as questões do racismo no nosso país, promovido em 1995, por um jornal diário: as cerca de 1500 pessoas aí inquiridas consideram que «em Portugal há dema-

siados: ciganos (50,9%), negros (48,3%), brasileiros (39,5%), indianos (24,6%), europeus (17,3%) e até espanhóis (10,9%)»⁽³⁾.

Parece assim ser o presente contexto europeu - marcado pelos movimentos imigratórios, pelo acordo de Schengen, pela crise económica e, muito em especial, pelo aumento do desemprego, mais que o contexto português, a favorecer o recrudescimento do racismo. Mesmo quando também entre nós já se tenha passado das palavras aos actos. Segundo a imprensa diária nos últimos 10 anos, morreram mais de 50 pessoas, vítimas da violência racista, números que são alarmantes e desmentem os proverbiais “brandos costumes” dos portugueses.

Perante este recrudescimento percebe-se o lançamento de duas campanhas contra o racismo, de duração anual e de âmbito europeu, no curto espaço de três anos - 1995 e 1997.

No mesmo estudo anteriormente referido, à pergunta «que medidas deviam ser tomadas para combater o racismo em Portugal?» 40,7% respondem: «desenvolver a educação cívica» (e foi esta a medida mais escolhida de entre nove). Muito se espera da escola! Acredita-se em demasia nas capacidades dessa instituição para corrigir fenómenos sociais. Só que uma análise mais cuidada do mundo escolar confrontar-nos-ia com currículos, e consequentemente manuais escolares, que, no essencial, ainda são androcêntricos, etnocêntricos, urbanocêntricos e eurocêntricos (reforçado este último aspecto com as actuais preocupações de introdução da ‘dimensão europeia’) e, mais ainda, de classe média. A invisibilidade e os estereótipos dos diferentes grupos étnico-culturais nos manuais escolares são apenas a ponta do icebergue.

Que o racismo aumenta é um facto. Mas que isso tem cada vez menos a ver com a ciência, parece-nos óbvio. O problema é fundamentalmente político e social.

³ Público, 2/8/95, “A face escondida do racismo”, pp. 2-5.

Seleção bibliográfica sobre o tema

Banks, James (1995) "The Historical Reconstruction of Knowledge about Race: Implications for Transformative Teaching". *Educational Researcher*, vol. 24, nº 2, March, pp. 15-25.

Boggs, James (1968) *Racismo e Luta de Classes*. Moraes Editores/ O Tempo e o Modo, 1969.

Brandt, Godfrey L. (1986) *The Realization of Anti-racist Teaching*. London: The Falmer Press.

Caldeira, Isabel (1994) "A Construção Social e Simbólica do Racismo nos Estados Unidos". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 39, Maio, pp. 31-58.

Clay, John; COLE, M. & GEORGE, Rosalyn (1992) "Racism and Teacher Education: Moving Towards an Europe-wide Antiracist Response, post 1992", in *New Prospects for Teacher Education in Europe II*. ATEE - Universitaire Lerarenopleiding Vrije Universiteit & Hogeschool Holland, pp.167-175.

De Vreede, Erik (1995) "Education and Racism". In *Proceedings The 19th Conference ATEE*, Prague pp. 113-118.

Esteves, José (1978) *Racismo e Desporto*. Básica Editora.

Figueroa, Peter (1991) *Education and the Social Construction of 'Race'*. London & New York: Routledge.

Leicester, Mal (1993) *Race for a Change in Continuing and Higher Education*. The Society for Research into Higher Education & Open University Press.

Lévi-Strauss, Claude (1952) *Raça e História*. Lisboa: Presença/ Biblioteca de Ciências Humanas, nº 27, 1973.

LimaA, A. G. Mesquitela (org.) (1995) *Racismo e Xenofobia*. Ethnologia, nova série, nº 3-4, Maio/Outubro.

Memmi, Albert (1982) *O Racismo*. Lisboa: Caminho/ Nosso Mundo, 1993.

Mccarthy, Cameron & CRICHLOW, Warren (eds.) (1993) *Race Identity and Representation in Education*. NY: Routledge.

Rattansi, Ali & WETWOOD, Sallie (eds.) (1994) *Racism, Modernity & Identity on the Western Front*. Cambridge: Polity Press.

Rex, John (1986) *Raça e Etnia*. Lisboa: Editorial Estampa/ Temas Ciências Sociais, nº 3, 1988.

Troyna, Barry (1993) *Racism and Education: Research Perspectives*. Buckingham, Philadelphia: Open University Press/ Series: Modern Educational Thought.

Vários (1986) *As Raças Humanas*. Resomnia Editores-Editorial Enciclopédia, 4 volumes, 1988.

Weis, Lois (ed.) (1988) *Class, Race, & Gender in American Education*. State University of New York Press.

Wemens, Luís & PAES, Isabel (1992) “A Escola e a Discriminação Racial”, in *Guia anti-racista*. Lisboa: SOS Racismo, pp. 127-130.

Wieviorka, Michel (dir) (1995) *Racismo e Modernidade*. Bertrand Editora/ Biblioteca das Ideias.